

27 SET 1986

Jornal de Brasília

Haroldo Hollanda

Samney conhece suas limitações

O novo incidente envolvendo os ministros Renato Archer, da Ciência e Tecnologia, e Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, revela que o Governo ainda não possui uma política interna uniforme a respeito da orientação a ser seguida no que tange ao problema da reserva de mercado no campo da informática. O presidente Samney, através de seu porta-voz, Fernando Cesar Mesquita, deu um atestado de bom procedimento e total correção ao ministro Archer em todos os atos que marcaram a regulamentação do *software*, motivo de sua polêmica e divergência mais recente com o ministro das Comunicações. No entanto, não se trata, no caso, de episódio isolado, mas de divergência mais profunda, que alcança a política adotada até aqui pelo Brasil no campo da informática.

Em princípio, todos se revelam a favor da reserva de mercado no campo da informática. Mas há gradações diferentes entre as posições do ministro Renato Archer, de um lado, e de outros ministros, como Antônio Carlos Magalhães, José Hugo Castelo Branco, Aureliano Chaves e Abreu Sodre. O ministro Archer pertence ao chamado grupo ortodoxo e nacionalista do PMDB, o qual não admite qualquer tipo de transigência no que diz respeito à informática. Já os outros ministros citados defendem uma posição mais flexível por parte do Brasil na execução dessa política, hoje motivo dos mais sérios atritos em nosso relacionamento não só com os Estados Unidos, como com outros países do chamado mundo desenvolvido.

O incidente entre os ministros Archer e Antônio Carlos Magalhães ocorreu em momento pouco propício aos interesses brasileiros, porque às vésperas da reunião em Washington do Fundo Monetário Internacional. Não constitui mais segredo para ninguém a amplitude da luta que trava no exterior o ministro Dilson Funaro, da Fazenda. O Brasil tenta obter condições mais favoráveis à renegociação de sua dívida externa, argumentando que representa uma carga insuportável para o País a transferência anual para o exterior de recursos da ordem de 12 bilhões de dólares. Os banqueiros até aqui vêm se revelando intransigentes na defesa de seus pontos de vistas. Não querem abrir mão dos juros que vêm cobrando. Ameaçam, entre outras coisas, não conceder novos empréstimos em dólares ao Brasil, se não houver um entendimento entre nossas autoridades e os representantes do FMI. Ocorre, no entanto, que o Brasil não aceita negociar com o FMI, sob o argumento de que esse organismo dita políticas econômicas ortodoxas, que implicam em recessão.

Por aí se vê como é extensa no momento a pauta de divergências entre o Brasil e os Estados Unidos. Alias, um dos motivos de preocupações por parte de economistas de várias tendências permanece sendo o reduzido ingresso de capitais estrangeiros no Brasil. O País está necessitando urgentemente desses capitais nos próximos dois anos, entre outras razões para atualizar o grau de competitividade exterior de nosso parque industrial.

O presidente José Sarney advertiu aos jornalistas, quando da sua recente viagem aos Estados Unidos, que o Brasil está interessado em defender seus interesses, mas "sem aventureirismo", expressão que repetiu por mais de uma vez. Isso significa dizer que ele está disposto a negociar e transigir. Entre outras razões porque também não podemos deixar de reconhecer a importância que representam para o Brasil os mercados dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. No entanto, transigir e negociar não significa a entrega do Brasil à avidez do capital estrangeiro. O que precisamos no caso é de assumir uma atitude racional, sem nenhum tipo de excesso emocional que conduza à intransigência ou ao fechamento definitivo das portas de acesso ao mundo com o qual convivemos e do qual também dependemos. Por exemplo, não podemos deixar de reconhecer a importância que representa para nossos interesses o mercado norte-americano. Lá vendemos desde o suco de laranja a diversos produtos manufaturados, entre eles o aço. É preciso, no curso das negociações empreendidas, encontrar um justo ponto de equilíbrio nas pendências existentes atualmente entre os dois países. O presidente José Sarney é um político sem maior conhecimento da realidade internacional, mas amadurecido e provido, no entanto, de uma grande sensibilidade política, capaz de distinguir o real do quimérico e impossível. Disso ele tem dado provas seguidas, orientando-se pelo seu tradicional bom senso. Quando afirma e reafirma que não está disposto a entrar em aventuras, o presidente Sarney adverte a seus amigos e adversários até onde ele pode e não pode ir.